

# PRECONCEITO LINGUÍSTICO E SUA RELAÇÃO COM ALUNOS E ENSINO

SANTOS, Sirlene Bandeira dos.  
Curso de Licenciatura em Letras  
Centro Universitário Internacional Uninter

CORBANI, Clair Terezinha.  
Professora Orientadora.

## RESUMO

O presente artigo intitulado preconceito linguístico e sua relação com alunos e professores, teve como objetivo identificar a interferência do preconceito linguístico na aprendizagem dos alunos. Este objetivo surgiu quando se percebeu uma concentração no ensino tradicionalista na língua portuguesa, fator que centraliza a gramática normativa e a trata como se fosse a única forma correta, ignorando assim as demais variedades linguísticas, o que é para resultar em preconceito linguístico contra os outros, em variedades classificadas como falsas antes da norma padrão. Desse fato emergiu a questão que norteou esta pesquisa: Os preconceitos linguísticos afetam a aprendizagem dos alunos? Para tanto, utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica. O resultado da pesquisa foi animador, pois deu uma grande contribuição para o objetivo principal do trabalho e comprovou que o preconceito linguístico realmente interfere no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

**Palavras-chave:** Preconceito Linguístico. Ensino. Variedade Linguística. Escola.

## 1. INTRODUÇÃO

O preconceito linguístico é um dos piores males impregnados na sociedade atual, principalmente quando se trata de pessoas instruídas que se dizem verdadeiras donas do português brasileiro. Dominar uma variante de prestígio como norma padrão de uma língua não significa que a outra seja rudimentar, pobre, incompetente e etc. Muitos alunos saem da universidade com uma perspectiva diferente de como lidar com os preconceitos linguísticos, mas alguns se limitam ao político sistema pedagógico da escola, o que leva a diversos conflitos sociais, já que o público escolar é diferente, o aluno tem caráter cultural próprio.

Bagno (2007) neste contexto compara a linguagem a um iceberg em que a norma culta é a parte superficial que flutua na superfície do oceano e a língua é a parte que permanece na profundidade, que é exatamente a linguagem viva que não é

estática, congelada no tempo e que é utilizada pela maioria dos brasileiros, enquanto a gramática normativa compõe a menor parte, mas tende a ser autoritária, intolerante e repressiva com os alunos. Os PCNs (1998) apontam que os preconceitos linguísticos, como todos os outros preconceitos, resultam de avaliações subjetivas de grupos sociais e devem ser combatidos com vigor e energia.

O objetivo da investigação sobre este tema parte do princípio de que o ensino da Língua Portuguesa é trabalhado mecanicamente ao longo dos anos. Em suma, é como se a gramática fosse a língua de todas as comunidades linguísticas. Quando os falantes se subordinam à gramática da língua para se comunicarem socialmente, ainda a dominam, pois são eles que decidem o que fica e o que entra de novo e de forma diferente, isso cria os preconceitos linguísticos da época, que são, sem dúvida, o grande mal de algumas escolas e dos profissionais que nelas atuam.

Para compreender esta formalidade, este artigo tem como objetivo examinar em que medida os preconceitos sobre as variações linguísticas influenciam a vida estudantil dos alunos. Portanto, esta pesquisa abordará um tópico polêmico, mas reflexivo, e tentará revelar o preconceito entre falantes de uma variedade padrão e uma variedade não padrão.

Por se tratar de um trabalho relevante no campo de pesquisas sobre o tema, entende-se que o mesmo se torna fundamental para o acervo bibliográfico da universidade e de outros interessados neste tipo de abordagem, pois provoca novas formas de lidar com a diversidade dialetal nas escolas brasileiras de acordo com a corrente de variação sociolinguística.

Assim, o desenvolvimento inclui os subtópicos para o estudo da sociolinguística como aspecto cultural e social, preconceitos linguísticos e variedades linguísticas, sendo o primeiro, seguindo a ordem, proporcionando um breve contexto histórico sobre a ciência sociolinguística e seu precursor, William Labov, as línguas e assim estudar os aspectos culturais, sociais e políticos. A segunda mostra como os alunos sofrem com o uso de uma norma atípica da língua portuguesa e, como aponta Bagno (2008) a elite do povo brasileiro está tentando à força ancorar no povo que a língua portuguesa é um sólido, bloco indissolúvel, e de fato tem consequências muito graves para as classes estigmatizadas. Em terceiro lugar, por fim, sabemos que o Brasil possui um vasto território dividido por regiões e nessas regiões cada grupo ou comunidade tem sua própria forma de falar e usar a língua, Pará, Rio de Janeiro, Bahia, enfim, cada uma dessas regiões possui indivíduos que carrega suas

características linguísticas com eles, que os distinguem uns dos outros e formam assim a nossa linguagem.

Alguns professores ainda trabalham com gramática normativa, ensino retrógrado baseado na metalinguagem, como se a gramática fosse tornar os alunos bons escritores, sendo assim, será falado também sobre como a escola tem o dever de ensinar a variante padrão, mas não o direito de desprezar o aluno da classe popular que usa uma variante menos valorizada pela sociedade. Possenti (2008) afirma, portanto, que o desrespeito à cultura estudantil é um crime imperdoável.

Nas reflexões finais retomamos a discussão de que, mesmo depois de muitas pesquisas sobre o tema, ainda existem escolas técnicas de gramática que desconsideram o saber cultural e o saber do povo brasileiro.

## **2. NORMA PADRÃO E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**

### **2.1 NORMA PADRÃO**

No contexto escolar e acadêmico, ouve-se o termo norma padrão, que às vezes é usado com uma falsa relação de sinônimo com a norma cultural. Segundo Bagno (2004), a norma culta é a norma usada por falantes instruídos, e a norma padrão é a norma que os gramáticos tradicionalistas tentam impor como o modelo de linguagem ideal. Portanto, a norma padrão é a única norma correta para todo o país. No entanto, não leva em consideração as outras línguas e as variedades linguísticas existentes no próprio sistema linguístico.

Segundo Castilho (1988, *apud* TRAVAGLIA, 1996, p. 63), “a norma cultivada (cultivada, da classe de prestígio) representa o português correto; qualquer coisa fora da norma é um erro”. Em relação a essa definição, há outros que articulam o mesmo ponto de vista, como Britto (1997, *apud* BAGNO, 2001, p. 10), que afirma que “ela decorre da prática social correspondente ao discurso de segmentos socialmente favorecidos”.

Ambas as afirmações enfatizam que a norma correta é escolhida exclusivamente com base em um critério social, Lima (2000, p. 7) nos traz uma definição diferente, mas uma definição que sai dessa linha baseada em problemas sociais usando um ponto de vista diferente e se volta mais para a norma padrão criada com base em escritores estabelecidos: “as regras da gramática normativa nas obras dos grandes escritores, em cuja língua as aulas ilustradas fixam seu ideal de

perfeição, pois nelas se reflete o que o uso idiomático estabilizou e consagrou”.

Seguindo o mesmo ponto de vista de Lima, há também Bechara (1989, p. 52) que sugere “a gramática normativa recomenda como falar e escrever de acordo com o uso e autoridade de escritores e gramáticos corretos e redatores de dicionário”, na ideia de uma norma padrão como um reflexo dos escritores clássicos considerados os que melhor articulam a linguagem, usam-na corretamente e se aproximam do ideal sugerido pela gramática.

Em sua obra “Nova gramática do português contemporâneo”, Cunha e Cintra (1985) indicam algo de grande relevância para o assunto em discussão. Nele mencionam uma declaração de Noreem (linguista sueco) que melhor explica essa relação entre escritores clássicos e sua influência na padronização do que é considerado correto, citando o critério histórico-literário em que o uso correto é feito por escritores clássicos de uma época passada.

A aplicação deste critério deve ser reconsiderada hoje, pois a linguagem é um sistema em constante movimento que muda de acordo com as necessidades do contexto social. Desse modo, a linguagem torna-se algo estagnado e limitado, como Bagno (2006, p. 67) apresenta em uma analogia em sua obra “Preconceito linguístico: O que é? Como se faz?

Igapó é uma grande piscina de água parada na margem de um rio, especialmente após a enchente. Acho que é uma boa metáfora para gramática normativa. Como eu disse, enquanto a língua é um rio grande, longo e largo que nunca para em seu curso, a gramática normativa é apenas um Igapó, uma grande bacia de água parada, um charco, um brejo, um terreno pantanoso, uma borda de língua.

O trecho citado acima nos permite refletir sobre a regra padrão. Quais rotas ele segue? Aquele com as águas turbulentas do rio ou do Igapó? Infelizmente continua um caminho que conduz à não evolução e ao tradicionalismo que não permite grandes avanços e inovações no ensino da Língua Portuguesa. Comunicar a norma padrão é muito importante, pois existem muitos contextos na sociedade que exigem o uso de tal diversidade. Mas esse ensino se aplica, desde que as outras variedades linguísticas também sejam levadas em consideração.

Em contraste com a variedade padrão, existem outras variedades de línguas das quais podemos citar variedades regionais, como o sotaque gaúcho, baiano, paulista, carioca, caipira, mineiro, dentre outros. Na seção seguinte, discutiremos a

variação linguística, sua origem e suas propriedades com mais detalhes.

## **2.2 A SOCIOLINGUÍSTICA COMO ASPECTO CULTURAL E SOCIAL**

Pode-se dizer que a sociolinguística foi criada nos Estados Unidos na década de 1960 sob a direção do linguista William Labov e é conhecida como sociolinguística, ou teoria da variação. Essa corrente leva em consideração aspectos sociais ou diastáticos e geográficos ou diatópicos. Segundo Mussalim e Bentes (2001, p. 34), “a variação geográfica ou diatópica está relacionada às diferenças linguísticas que se distribuem no espaço físico e podem ser observadas entre falantes de diferentes origens geográficas”. Em relação aos aspectos sociais ou diastáticos, os autores enfatizam:

Eles se relacionam a uma série de fatores relacionados à identidade dos falantes, bem como à organização sociocultural da comunidade de falantes. Nesse sentido, podemos apontar os seguintes fatores relacionados às variações de natureza social: classe social; idade; sexo; situação ou contexto social (MUSSALIM e BENTES, 2001, p. 35).

Como podemos ver, os fatores acima mencionados estão realmente entrelaçados, por assim dizer, a linguagem é um sistema complexo que, segundo Tarallo (1994, p. 6), “em toda situação de linguagem em que entramos e da qual participamos, descobrimos que a língua falada é heterogênea e diversa”. É justamente essa situação de heterogeneidade que precisa ser sistematizada. Nesse contexto, os PCNs (1997) afirmam que a linguagem é um sistema de signos históricos e sociais que possibilita às pessoas denotar o mundo e a realidade. Portanto, aprender significa não apenas aprender as palavras, mas também seus significados culturais e, portanto, a maneira como as pessoas em seu ambiente social entende e interpreta a realidade e a si mesmas.

Se tomarmos como exemplo o Brasil, que tem uma grande região territorial e um total de mais de duzentos milhões de habitantes, e dizer que só existe uma língua neste país brasileiro, com certeza estaríamos mentindo, certo? Cada região tem sua característica, a diversidade utilizada pelo Nordeste é diferente da do Pará e vice-versa, ambas possuem fatores especiais, sejam eles sociais, culturais ou geográficos.

A ciência sociolinguística, embora muito jovem, difere da gramática, ao longo dos séculos tenta quebrar esse paradigma de que a maioria da população brasileira

fala o português incorreto e apenas um pequeno grupo de pessoas fala o português correto, principalmente a classe alta, onde o poder econômico, político e cultural é centrado. Para Tarallo (1994, p. 62) “cada comunidade linguística é única, cada falante é um caso individual”, então a linguagem não é um bloco sólido, como diz Marcos Bagno, muito menos homogêneo.

### **2.3 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**

Numa comunidade linguística como a do Brasil, que consiste numa grande mistura intercultural porque foi uma colônia de Portugal antes da sua independência e os portugueses trouxeram consigo os seus costumes, hábitos, formas de falar e culturas durante a colonização, e também os negros que vieram com os espanhóis e outros povos, também já havia os povos indígenas que habitavam esta área. Esse conflito frequentemente hostil de culturas gerou a mistura racial e a diversidade linguística do povo brasileiro.

Portanto, podemos ver que a nossa cultura é diversa e, enfim, a nossa língua é o reflexo de tudo, logo as diferenças dialéticas estarão aí. O fato é que paralelamente a esse processo histórico de constituição do Brasil, estão enraizados problemas políticos, sociais e econômicos em nossa sociedade, que podem levar a inúmeros casos de preconceito e discriminação, e que afetam principalmente as classes estigmatizadas e destituídas de todos os direitos, inclusive a si mesmas porque temem que sua diversidade linguística seja rejeitada pela sociedade.

Este problema surge frequentemente nos dias de hoje porque as pessoas pensam que a norma cultivada é soberana e esse mito realmente precisa ser desmontado, até porque Bagno (2008) vem nos dizer que apesar das variedades linguísticas, o fato de que tanto a norma padrão quanto a cultural norma são duas coisas completamente diferentes.

A norma culta na perspectiva sociolinguística brasileira é o nome dado às variedades faladas por graduados universitários que nasceram e cresceram em um ambiente urbano. A norma padrão é uma abstração da linguagem, um modelo desatualizado que está completamente separado da realidade contemporânea da linguagem. Por isso, existe uma grande e profunda lacuna entre a norma culta, a língua realmente falada por brasileiros privilegiados, e a norma-padrão, que é um código rígido inspirado em costumes muito antigo e ultrapassados (BAGNO, 2008, p. 6).

Escritores com linguagem áspera, com alto nível de escolaridade, que dominam a diversidade cultivada, encontram dentro de si uma fonte negativa de linguagem que os acusa de falar tudo errado. Os alunos que vêm do campo para estudar na cidade são vítimas do desprezo, de chacotas, de um asno, enfim, de uma infinidade de preconceitos que impossibilitam a exposição de si, de suas ideias, de seus saberes.

Como sabemos, nosso país tem uma imensa expansão territorial e está dividido em regiões onde algumas são mais desenvolvidas (sul e sudeste) e outras menos desenvolvidas (norte e nordeste) com culturas completamente diferentes. Porém, quem fala sabe falar, não existem linguagens mais simples ou mais complexas, existe um desconhecimento sobre uma determinada área do conhecimento, daí a ignorância, o preconceito, a exaltação e etc. (BAGNO, 2008). Cada cultura segue uma linha diferente de se impor ao universo.

É essa maneira absurda de as pessoas tratarem o outro como uma caixa vazia de conhecimento, que favorece a evasão escolar, a desistência, o ressentimento de ir à escola. Se, como Bagno (2007) observou, o domínio da norma padrão foi uma razão para o avanço social, os professores estariam no topo da pirâmide do dinheiro, porque são os únicos que deveriam dominar as regras da norma padrão, mas não acontece.

Todas essas tabelas com conjugações verbais, tempos, nomenclaturas impostas pelos professores são inúteis porque nenhum falante de português será capaz de criar bons textos, muito menos dominar perfeitamente o padrão de decoração de gráficos extremamente inúteis para o bom desempenho dos alunos, provando que, segundo o MEC, são os mais de 500.000 (quinhentos mil) zeros na redação do ENEM 2014.

Assim podemos citar que segundo Tarallo (1994) as:

Variantes de uma comunidade linguística sempre têm uma relação simultânea: padrão x não padrão; conservador x inovador; estigmatizado x prestígio. Em geral, a variante vista como padrão é ao mesmo tempo conservadora e goza de prestígio sociolinguístico na comunidade. As variantes inovadoras, por outro lado, muitas vezes não são padronizadas e são estigmatizadas pelos membros da comunidade (TARALLO, 1994, p. 11-12).

Porém, de acordo com Bagno (2007), se o brasileiro não falasse português, ninguém no Brasil se comunicaria sem tradutor, o que é muito improvável, como qualquer brasileiro no Amapá ou no Rio Grande do Sul certamente o faria. Se existe um entendimento entre um falante e um interlocutor, é claro que ninguém fala mal,

independentemente de ser educado ou não, e com isso o aluno deve estar pronto para reconhecer tais mudanças:

A variação é constitutiva das linguagens humanas, ocorre em todos os níveis, sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Então, quando você fala em português, você está falando de uma unidade que consiste em muitas variedades, embora no Brasil haja uma unidade linguística relativa e apenas uma língua nacional, existem diferenças de pronúncia, uso de palavras, morfologia e construções sintáticas que não são apenas o identificar falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, mas também multiplicar na mesma comunidade linguística (BRASIL, 1998, p. 29).

Portanto, Tarallo (1994) descreve que variação não implica necessariamente mudança, mas que toda mudança é sempre precedida por uma variação. Pois bem, as palavras que Pero Vaz de Caminha usou para escrever a carta sobre o descobrimento do Brasil não são as que falamos hoje, seja por escrito ou oralmente. Para esclarecer, citamos o pronome de tratamento você, que experimentou inúmeras variações na forma escrita e oral ao longo de sua existência. A palavra “você” começou seu curso da seguinte forma: vosmecê, vossemecê, vossa mercê, vosmicê, você, ocê, cê e etc. Através desta análise simples, é perceptível que a linguagem não é um organismo morto, ela está em constante evolução. As variedades estigmatizadas usadas pela população pobre não são, portanto, feias, muito menos erradas, mas seguem a linguagem como ela realmente é: viva, diversa, heterogênea e, acima de tudo, identificável e formadora de identidade para cada comunidade linguística.

## **2.4 PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS**

Existem diversos tipos de preconceitos comuns na sociedade e que devem ser combatidos com inteligência, sabedoria e praticidade. Assim como existem preconceitos contra os negros, sexualidade e religião, também existem preconceitos linguísticos em que as pessoas são julgadas de acordo com sua própria maneira de falar. Agora, todo cidadão tem o direito de se manifestar, seja ele quem for.

O preconceito é generalizado em nosso dia a dia, mas é mais nojento quando faz parte dos profissionais da educação, pois eles deveriam ser as melhores pessoas para transmitir e aumentar a conscientização, para dar aos seus alunos uma posição crítica e conhecimento de seus direitos, ensiná-los que sua língua, sua cultura, seus costumes, seus hábitos não são rudimentares ou atrasados, mas únicos com suas

próprias características. Os PCNs (1998) sugerem que os preconceitos linguísticos, como qualquer outro preconceito, resultam de avaliações subjetivas de grupos sociais e devem ser combatidos com vigor e energia.

Em entrevista de Carla Viana Costarelli à Revista Presença Pedagógica Bagno (2008), aponta sugerir que o primeiro passo para combater o preconceito de linguagem na escola é:

O professor presumir que ele não fala esse português idealizado e que nem os seus alunos, porque na realidade ninguém o fala. É importante que o professor reconheça a sua própria língua como atividade social, como legítima manifestação da língua e, o mais importante, comece a associar a discriminação feita pela língua à discriminação na sociedade (BAGNO, 2008, p. 10).

Embora alguns alunos saiam da universidade com uma visão mais ampla de como ensinar seus alunos sem usar métodos desatualizados, respaldados pela gramática tradicional, acabam se submetendo ao sistema político pedagógico implantado pela escola e ao sonho de tornar realidade o ensino da língua materna, a língua portuguesa tal como é, desaparece, e o reflexo deste sistema manipulador que persiste na comunidade escolar surge nas futuras instituições de ensino, resultando num ensino mecânico e destruidor de vidas.

Marcos Bagno (2007) apresenta e define preconceitos linguísticos como:

O preconceito de idioma se baseia na crença de que só existe um português que faz jus ao seu nome, e será uma língua ensinada nas escolas, explicada na gramática e catalogada em um dicionário. Do ponto de vista do preconceito de linguagem, qualquer desempenho de linguagem que escape deste triângulo escola/gramática/dicionário é considerado “errado, feio, incompleto, básico e defeituoso” (BAGNO, 2007, p. 38).

Um desses preconceitos reside na existência de uma língua padrão e de uma língua atípica, e é por essa diferença que começa o chamado caos linguístico defendido por Tarallo (1994), que é justamente a presença de mais de uma variação em uma sociedade. Segundo os PCNs (1997, p. 26), “muitos são os preconceitos decorrentes do relativo valor social atribuído às diferentes formas de falar”. É como se quem fala um dialeto que foge do padrão da norma se enganasse e não é assim, todo ser tem o direito de se expressar livremente, principalmente no que se refere a mostrar sua identidade cultural e social, e nada melhor do que usar sua própria linguagem para se apresentar.

Sabe-se que cada indivíduo possui características próprias na forma de agir, ser, se expressar e, principalmente, se comunicar. Os PCNs (1998) enfatizam que a linguagem é o meio mais importante de diferenciação das pessoas e contribui para a socialização de um grupo linguístico. Desse modo, recebemos a linguagem para que a comunicação ocorra em diferentes situações de conversação. Apesar da comunicação, Bortoni-Ricardo (2004) entende que um domínio social é um espaço físico no qual as pessoas interagem assumindo determinados papéis sociais, os papéis sociais são um conjunto de deveres e direitos definidos por normas socioculturais, papéis sociais é um processo da própria interação humana, portanto a linguagem passa a ser o signo que melhor representa a figura humana e identifica onde estamos e quem somos.

Além dos defensores da gramática tradicional, há pessoas que usam a norma culta como única e soberana e acabam por discriminar a norma não padronizada da maioria da população brasileira. Tais pessoas, apesar dessas variações, agem de forma tendenciosa por não as conhecerem ou ignorarem, e acabam cometendo o erro de que a variação fora do padrão é aleijada, feia, errada e etc., e não têm consciência de que essa realidade está diretamente ligada a vários são fatores linguísticos e extralinguísticos.

Possenti (2008, p. 22) afirma que “a norma não padronizada possui regras gramaticais perfeitamente compreensíveis, caso contrário os ‘donos’ do português brasileiro não se comunicariam com pessoas chamadas jecas, caipiras e outras”. Um exemplo que merece ser refutado essa crença é que Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil e embora achasse que tinha feito tudo errado, conseguiu se eleger no primeiro mandato e no segundo ser reeleito (BAGNO, 2008). É o ignorante sem palavras ou o conservador de uma linguagem arcaica? O Brasil não é mais uma colônia de Portugal, mas um país independente.

Nesse contexto, Bagno (2007) compara a linguagem a um iceberg em que a norma culta é a parte superficial que flutua na superfície do oceano e a língua é a parte que fica nas profundezas, que é justamente a língua viva, usado pela maioria dos brasileiros, enquanto a gramática normativa é a menor parte, mas tende a ser autoritária, intolerante e repressiva com os alunos. Ainda segundo este autor, a língua é comparada a um Igapó, em que a área alagada, uma pequena parte, é comparada com a língua padrão, de modo que rios cheios de água corrente, que se renovam constantemente, são comparados com os não variante padrão, ou seja, a língua é um

organismo vivo e está em constante mudança.

## 2.50 PAPEL DA ESCOLA

É necessário adequar a educação escolar ao futuro e torná-la acessível às inúmeras variedades linguísticas (social, regional, sexo, gênero, faixa etária) que cada língua viva possui. O ideal não é substituir um uso por outro, mas demonstrar aos alunos a diversidade linguística do ambiente escolar. Nesse caso, a norma cultivada não deve ser excluída, mas alertá-los de que podem ser competentes na língua portuguesa e reconhecer os vários usos da linguagem, incluindo a norma padrão.

Nesse contexto, a escola foi a principal vilã, porque, segundo Sírio Possenti (2008, p. 17), no caso do ensino de português, “nada se resolve a não ser que se mude a concepção de língua e ensino na escola”. O fato de alguns alunos usarem um dialeto diferente não justifica sua incapacidade de aprender e dominar ambas as modalidades linguísticas. A escola tem o dever de ensinar a variante padrão, mas não o direito de desprezar o aluno que usa uma variante menos valorizada pela sociedade. Portanto, os PCNs (1997) enfatizam o seguinte:

O domínio da linguagem está intimamente ligado à possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que as pessoas se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, compartilham ou constroem visões de mundo e produzem conhecimento. Por exemplo, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola o papel e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos conhecimentos linguísticos necessários ao exercício da cidadania, direito inalienável de todos (BRASIL, 1997, p. 21).

A escola é projetada para formar verdadeiros cidadãos dignos de se manterem harmoniosamente perante a sociedade, mas a forma como a educação chega aos alunos é extremamente rudimentar, pois o ensino da língua padrão é dever da escola, porém não se apegando muito a essa teoria pois ali são fatores explícitos dentro de cada comunidade linguística que precisam ser lembrados, reconhecidos e incorporados aos órgãos da escola, e deixar esses fatores de lado é suicídio.

Os defensores da gramática normativa, vendo todos esses fenômenos, acham isso errado e tentam se mostrar cada vez mais em um beco sem saída, forte, inabalável, ignorante, discriminatório, depreciativo. Se nossa língua fosse pura, como pensam os gramáticos, não teria surgido do latim vulgar (BAGNO, 2007, p. 90).

Os dialetos fazem parte da vida escolar por sua previsibilidade, e ignorar esse fato é subestimar as habilidades cognitivas dos alunos e, acima de tudo, um ato tendencioso. A linguagem padrão é apenas uma base para o aluno compreender esta formalidade, pois faz justiça à comunidade estudantil, o que a escola não deve ignorar é a cultura, a situação social e o espaço em que o aluno está empregado, ou seja, como afirma Possenti (2008), é um crime contra o aluno e sua cultura.

A verdade não é falar certo ou errado, é saber que linguagem usar em certos contextos, por exemplo, se uma certa pessoa está em um jogo de futebol, ela usará veementemente uma linguagem completamente diferente de um juiz em um julgamento, o jogador de futebol certamente utilizará recursos linguísticos adequados àquela situação e vice-versa. Portanto, cabe à escola ensinar os alunos a usar a linguagem em uma ampla variedade de situações comunicativas, sejam formais ou informais.

Dominar um idioma não requer metalinguagem técnica, toda criança com mais de 3 anos é capaz de produzir inúmeras frases sem ao menos ter visto uma gramática, podemos perceber na fala de Possenti:

Quando fica claro que uma coisa é saber uma língua, outra é saber sua gramática, saber uma língua e saber analisá-la, outra é saber que se está de um lado em poder falar e escrever uma língua sem saber qualquer coisa sobre ela e que, por outro lado, é bem possível saber muito sobre uma língua sem saber realmente, dizer uma frase nessas situações da língua. Em torno de um exemplo óbvio, você obviamente sabe mais inglês do que uma criança de três anos que normalmente fala inglês com adultos e outras crianças para perguntar sobre coisas, xingar, reclamar ou brincar, do que alguém que estudou gramática inglesa por anos, mas não consegue levar um turista americano para passear em uma cidade brasileira (POSSENTI, 2008, p. 54).

Portanto, todo mundo que desenvolve a linguagem conhece, aliás, um sistema complexo para lidar com ela, não existe linguagem mais fácil ou mais difícil, quem assim pensa tem que se aprofundar no assunto. Autores como Bagno, Possenti e outros mostram a verdadeira forma de conceber o ensino e não o generalizam nas escolas brasileiras, pois para eles a gramática normativa deveria ser a última ciência ensinada na escola, com isso o foco está na escrita e na paráfrase, interpretação, leitura, interação e debate.

Aplicar exercícios de fixação, textos com o objetivo de compreender a linguagem pela metalinguagem, ensinar correspondência sintática por meio de frases

ou trechos soltos isolados de textos maiores é, sem dúvida, um ensino retrógrado e sem perspectiva de futuro do ensino no Brasil. Sírio Possenti concebe e afirma que a escola deve trabalhar com pelo menos três gramáticas: gramática normativa, gramática descritiva e gramática internalizada.

Gramática normativa: um conjunto de regras que devem ser seguidas, é mais familiar aos professores do ensino fundamental e médio, é um conjunto de regras que, quando dominadas, podem levar à variedade padrão (escrita e/ou oral). A segunda definição de gramática, conjunto de regras que se seguem, é aquela que orienta o trabalho dos linguistas que se preocupam em descrever as línguas e/ou explicar como são faladas explicitamente as regras que são seguidas. A gramática internalizada, conjunto de regras que o falante domina, refere-se a hipóteses sobre o conhecimento que permite ao falante produzir frases e sequências de palavras de forma que essas frases e sequências sejam compreensíveis e reconhecidas como pertencentes a uma língua (POSSENTI, 2008, p. 64).

A escola, como o professor, deve dar ao aluno a liberdade de expressar seu ponto de vista, de expressar sua opinião, de respeitar as diferentes opiniões, só então esses alunos serão treinados e dominarão os diferentes tipos de comunicação sem restringir a língua materna do aluno.

Uma vez que o idioma seja dominado como realmente deveria ser, os alunos terão plena autoridade para participar ativamente na sociedade, até porque a educação consiste em educar os cidadãos e sem dúvida é uma arma poderosa para os alunos aprenderem e dominarem a sua língua materna, neste caso a língua portuguesa que na maioria das vezes é vivida como maçante, má, difícil, enfim, muitos fatores negativos ao longo dos anos

### **3. METODOLOGIA**

Com base no tema proposto, este artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica. As pesquisas bibliográficas são realizadas através da leitura de livros, revistas, jornais, artigos e etc., a fim de reunir o máximo de informações possível, independentemente do tema em estudo.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador um conhecimento mais preciso, que tenha informações claras sobre a entrega do objeto examinado. Além de ampliar seus conhecimentos, torna-se naturalmente uma arma notável para o pesquisador em busca de respostas, que, segundo Gil (1987, p. 71):

A pesquisa bibliográfica consiste em permitir ao pesquisador cobrir uma gama de fenômenos muito mais ampla do que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos no espaço, ou seja, para conhecer o continente europeu, por exemplo, não é necessário viajar até lá, mas com um bom material bibliográfico essa questão aparentemente é possível.

Para tanto, foi realizado um estudo teórico para compreender o conceito de variação linguística e diagnosticar como o preconceito linguístico afeta a vida dos alunos. As pesquisas bibliográficas são realizadas em livros, artigos e documentos. Estes livros, artigos e documentos são procurados por autores que fazem a ligação entre variação linguística, preconceito linguístico, alunos e professores, especialmente os envolvidos no ensino da Língua Portuguesa. Segue-se a seleção das obras, em seguida, as obras selecionadas são lidas e analisadas a fim de encontrar as obras mais adequadas para o tema proposto.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como se pode verificar neste trabalho, a história da língua está intrinsecamente ligada aos processos evolutivos do ensino da língua portuguesa no país. enxergar a língua como algo positivo no ambiente escolar é uma perspectiva que os profissionais da educação devem conhecer e enfrentar para mudar gradativamente o retrocesso do ensino da disciplina de português e possibilitar que os alunos leiam, entendam, interpretem, interajam e produzam diferentes gêneros textuais, não apenas assistir e ouvir estudos metalinguísticos da gramática da norma padrão, pois isso não permitirá que o aluno produza bons textos, porque a maioria dos brasileiros são portugueses fora do padrão.

Porém, ainda acontece de haver preconceito em escolas e fora dela, onde as pessoas deveriam ser respeitadas, educadas e humanizadas, esse fato não poderia coexistir de forma alguma. Podemos perceber isso nas pesquisas realizadas onde há preconceito por parte dos profissionais que fazem parte do corpo docente das escolas, pois os alunos ainda têm uma visão equivocada da língua com a ideia de que a língua tem que seguir a norma padrão de gramáticas normativas, que despreza a diversidade linguística do aluno.

Portanto, para culpar essa verdade, é preciso entender que os preconceitos linguísticos não podem ser separados de outros preconceitos. É necessário que o

professor da educação básica assuma uma postura política no trato dessas questões. Porém, para ser eficaz na pedagogia das línguas na educação básica, é necessário que o professor aprenda a operacionalizar esse conhecimento em seu trabalho pedagógico.

Conclui-se, à luz de tudo o que foi abordado neste estudo, que os preconceitos linguísticos afetam a aprendizagem dos alunos, dificultando-os em relação à sua língua, a participação ativa nas aulas de português e o desenvolvimento na aprendizagem, visto que são vítimas dos preconceitos linguísticos. Os alunos são afetados por sentimentos e sensações negativas que reduzem sua autoestima e sua motivação para estudar e frequentar as aulas, tornando-se indivíduos com um complexo de inferioridade que pode dificultar o crescimento intelectual e profissional do indivíduo.

Portanto, após muitas pesquisas em artigos e livros sobre o estudo da sociolinguística, por ter desempenhado um papel fundamental na compreensão da linguagem e no trabalho em sala de aula, constata-se que atualmente, principalmente nas universidades, os futuros professores existem, seguem este ponto e coincide com a diversidade da cultura e da língua brasileira. Assim, espera-se que os indivíduos desenvolvam novas ideias, tenham novos conceitos para o uso da língua portuguesa e quebrem esse paradigma de que só aprendendo ou memorizando a gramática padrão somos capazes de dominar nossa língua materna.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2001.

BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2004.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz?** 45ª Ed. São Paulo: Loyola, 2006.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz?** 49ª Ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. Revista Presença Pedagógica. V. 14, n. 79, jan./fev. 2008.

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática: opressão? Liberdade?** 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1989.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa.** Brasília. 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental - Língua Portuguesa.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: Uma introdução crítica.** São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luíz F. Lindley e. **Nova gramática do português contemporâneo.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola.** 19ª Ed. Reimpressão, 2008.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística.** 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1994.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus.** São Paulo: Cortez, 1996.